

Leis

18 de Novembro de 2015 , 15:12

Atualizado em 26 de Outubro de 2016 , 15:17

[Lei 20.824/2013](#) - Concede incentivo a projetos esportivos e dá outras providências. (Relacionada à Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - ICMS Corrente, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte)

[Lei 20.782/2013](#) - Dispõe sobre a concessão de Bolsa-A atleta e Bolsa-Técnico no âmbito do Estado.

- [Lei 20.540/2012](#) - Altera a Lei nº 6.763/1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais, e as Leis nºs 14.699/2003, 14.941/2003, 16.318/2006, 17.615/2008, e 19.429/2011, e dá outras providências. (Relacionada à Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - Dívida Ativa)

- [RESOLUÇÃO SEEJ Nº 044/2012](#)- Estabelece limite para apoio financeiro dos projetos desportivos com recursos repassados pela SEEJ, a partir do desconto previsto na Lei nº 16.318/2006. (Relacionada à Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - Dívida Ativa)

[Lei 12.527/2011](#) - Regula o acesso a informações e dá outras providências.

[Lei 18.184/2009](#) - Estabelece normas para eventual realização de Jogos das Olimpíadas de 2016 no território do Estado.

[Lei 12.035/2009](#) - Institui o Ato Olímpico com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

- [Decreto 44.615/2007](#) - Regulamenta a Lei nº 16.318, de 11 de agosto de 2006, que dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado. (Relacionado à Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - Dívida Ativa) [Cartilha sobre o mecanismo.](#)

- [Lei 16.318/2006](#) - Dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no estado. (Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - Dívida Ativa)

[Lei Federal nº. 8.666/1993](#) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

[Lei Federal nº. 4.320/1964](#) - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

[Enviar para impressão](#)